

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

EMENTA: CIVIL. REINTEGRAÇÃO DE POSSE. ÁREA OCUPADA POR AGRICULTORES SEM TERRA. IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. PREVALÊNCIA DA MELHOR POSSE. ESBULHO INEXISTENTE. 1. A análise de um pedido, do ponto de vista de sua possibilidade jurídica, no entanto, deve considerar a existência, ou não, de vedação à pretensão deduzida, por parte do ordenamento jurídico, limitando-se, a rejeição da ação sob esse fundamento, às hipóteses claramente vedadas, não sendo o caso de se impedir a ação quando o fundamento for injurídico. Em verdade, não há vedação a que se pleiteie direitos que, aparentemente, não encontram amparo em disposição legal específica, pois a lei, só por sua natureza, não é absoluta, nem incide na absoluta totalidade dos casos, sendo possível afastá-la, em determinadas situações, o que implica em um juízo meritório, que extrapola o exame das condições da ação. No caso, os autores, na condição de ocupantes ou titulares da posse fática ou direta da área sub judice desde 1987, buscam protegê-la via judicial, investindo contra os réus que foram assentados no local pelo INCRA, o verdadeiro proprietário do imóvel. A rigor, não existe norma legal que vede a formulação de tal pedido, tanto a lei civil como a processual civil asseguram ao possuidor a restituição da posse do bem no caso de esbulho (arts. 499 do CCB e 926 do CPC). Embora viciada na origem, porquanto fruto de invasão de propriedade alheia, os autores adquiriram a posse da área ocupada tão logo cessada a violência (art. 497 do CCB), e, como mero efeito desta, podem pretender tutela possessória (art. 499 do CCB), ainda que a viciosidade não se apague simplesmente. A preferenciabilidade da demanda expropriatória não acarreta, por si, a perda de objeto do pleito possessório, nem lhe retira a possibilidade jurídica. 2. Ressente-se a pretensão dos autores à tutela possessória da perfeita delimitação da extensão da faixa de terras antes ocupada por eles e da porção “invadida” pelos réus, sendo certo apenas que, no início, as partes exerceram com posse sobre toda a Fazenda ocupada por integrantes do Movimento de Agricultores Sem-Terras, e hoje os primeiros encontram-se estabelecidos em 6 ha, onde se localizam as construções e benfeitorias realizadas, e que parte da área cultivada foi ocupada, no final de 1991, pelos réus, que adquiriram a sua posse através de contrato de assentamento firmado com a autarquia. Os autores, juntamente com outros agricultores, foram considerados “excedentes” no projeto de assentamento, tendo sido instados pelo INCRA a ocuparem outras áreas em imóveis diversos. Além disso, não é possível qualificar a atuação do INCRA e dos agricultores assentados como esbulho a reclamar proteção possessória. A autarquia foi imitada na posse da totalidade do imóvel, por força de decisão judicial específica, tornando-se o seu legítimo proprietário em ação expropriatória (aquisição originária), de modo que o ocupante da área não tem posse oponível à mesma. A imissão judicial na posse opera contra todos, sobrepondo-se a qualquer posse privada anterior, sendo que, com a declaração de interesse social, ocorreu a afetação

patrimonial da área, com vistas à sua posterior utilização no programa nacional de reforma agrária. Com efeito, não pratica esbulho quando organiza o assentamento de colonos no imóvel expropriado, não podendo ser qualificada como violenta ou violadora a direito de outrem a posse derivada do domínio, cuja imissão se deu por determinação judicial, porquanto fundada em justo título. Pouco importa a circunstância de a imissão na posse ter sido provisória ou ainda pender de decisão definitiva a ação de desapropriação, pois a decisão judicial, dada a sua executoriedade, autoriza o expropriante, desde logo, a exercer a efetiva posse sobre o bem expropriado. Na imissão initio litis há efetivamente transferência da posse, que, conquanto provisória, passa do expropriado (que a perde) para o expropriante (que a adquire), implicando no subsequente ato de ocupação da terra mediante assentamento de pessoas previamente selecionadas. Não se exige para a efetiva imissão na posse que o INCRA edifique, maneje ou cultive a área, pois o objetivo da desapropriação é justamente outro, proceder à distribuição de terras para fins de reforma agrária. A posse (imediata) dos autores, originalmente viciada, subsistiu, após cessada a violência, como “provisória” até a estruturação do assentamento e individualização definitiva dos lotes, que se dá com o pré-parcelamento do imóvel, a seleção das famílias e o seu assentamento em lotes, de acordo com prévio levantamento técnico. Havia, isto sim, mera expectativa de receber um quinhão de terras, e os autores tinham plena consciência dessa circunstância. Perderam-na, porém, no momento em que o INCRA, proprietário e possuidor mediato, a transferiu, por meio de contratos de assentamento, aos demais réus, sendo inequívoca a validade e eficácia da transmissão de posse contratualmente acordada. 3. A legalidade dos critérios observados pelo INCRA para o assentamento das famílias que já ocupavam o imóvel, em virtude de invasão anterior, conquanto questionáveis, não constitui objeto da lide, eis que não suscitada tal questão direta e objetivamente pelos autores na inicial, o que refletiu-se na própria defesa dos demandados. O processo de cadastramento e seleção de parceleiros e a distribuição de lotes deve ser transparente e observar os critérios estabelecidos na legislação de regência. Não há, contudo, nos autos, elementos suficientes para avaliar-se se houve a preterição injustificada dos autores no processo seletivo realizado pelo INCRA. À míngua de um questionamento específico sobre os critérios adotados para o assentamento de agricultores no local, e mais do que isso, sem a comprovação de que os autores exerciam posse efetiva sobre os exatos 36 hectares referidos na inicial e da porção que teria sido ocupada ou “esbulhada” pelos réus, não há como reintegrá-los na posse da área e na extensão pretendida, alterando o projeto de assentamento elaborado pelo órgão competente e negando validade e eficácia aos contratos de assentamento firmados. (TRF4, AC 96.04.52512-3/PR, Terceira Turma, Relatora Vivian Josete Pantaleão Caminha, DJ 07/02/2001)

